Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2017 e 2016

KPDS 223246

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias **3**

Balanços patrimoniais **6**

Demonstrações do resultado **7**

Demonstrações do resultado abrangente **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa **10**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias **11**

KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Companhia Transirapé de Transmissão S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Transirapé de Transmissão ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Companhia Transirapé de Transmissão com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transirapé de Transmissão em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Transirapé de Transmissão a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Companhia Transirapé de Transmissão preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 8 de março de 2018.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

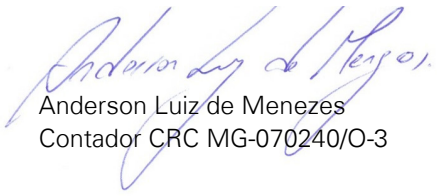
– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Companhia Transirapé de Transmissão

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	2.033	2.297
Concessionárias e Permissionárias	4	3.295	3.368
Tributos Compensáveis		152	86
Investimentos Temporários	6.2	2.031	1.375
Despesas Pagas Antecipadamente		23	20
Outros Ativos Circulantes		385	191
Total do ativo circulante		**7.919**	**7.337**
Ativo Não Circulante			
Concessionárias e Permissionárias	4	176	129
Outros Ativos Não Circulantes		11	11
Imobilizado	5	109.953	113.893
Intangível	5	104	122
Total do ativo não circulante		**110.244**	**114.155**
Total do Ativo		**118.163**	**121.492**

Passivo	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Passivo Circulante			
Fornecedores		147	395
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	4.834	27.220
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.034	882
Dividendos Declarados		5.768	2.768
Encargos Setoriais		1.525	1.274
Outros Passivos Circulantes		1.373	531
Total do passivo circulante		**14.681**	**33.070**
Passivo Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.1	53.760	28.319
Outros Passivos Não Circulantes		304	692
Total do Passivo		**68.745**	**62.081**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	7.1	22.340	22.340
Reservas de Lucros	7.2	27.078	37.071
Total do Patrimônio Líquido		**49.418**	**59.411**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**118.163**	**121.492**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração do resultado regulatório

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	**8**	32.945	28.792
Outras Receitas Vinculadas		128	121
(-) Parcela Variável		(250)	(60)
Tributos			
PIS-PASEP		(214)	(188)
Cofins		(991)	(866)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(306)	(268)
Reserva Global de Reversão - RGR		(825)	(721)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(128)	(115)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		**30.359**	**26.695**
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	**9**	(902)	(767)
Material		(56)	(26)
Serviços de Terceiros		(2.047)	(1.969)
Arrendamento e Aluguéis		(156)	(119)
Seguros		(47)	(40)
Doações, Contribuições e Subvenções		(26)	(22)
Tributos		(11)	(9)
Depreciação e Amortização		(4.098)	(3.675)
Resultado da Atividade		**23.016**	**20.068**
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(5.274)	(5.089)
Receitas Financeiras		833	736
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		**18.575**	**15.715**
Despesa com Impostos sobre o Lucro	**10**	(1.274)	(1.094)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		17.301	14.621
Operações Descontinuadas			
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício		17.301	14.621
Resultante de Operações Descontinuadas		-	-
Resultado Líquido do Exercício		17.301	14.621
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		17.301	14.621
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		576,70	654,48
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		576,70	654,48
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		576,70	654,48
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		576,70	654,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do Exercício		**17.301**	**14.621**
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos		-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos		**17.301**	**14.621**
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		17.301	14.621
Acionistas Não Controladores		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	**22.340**	**18.923**	**-**	**41.263**
Reversão dos acionistas	-	3.527	-	**3.527**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	14.621	**14.621**
Destinação Proposta à A.G.O.:	-	-	-	-
Reserva Legal	-	747	(747)	**-**
Dividendos	-	-	-	**-**
Reserva para Investimentos	-	13.874	(13.874)	**-**
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**22.340**	**37.071**	**-**	**59.411**
Reversão dos acionistas	-	-	-	**-**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	17.301	**17.301**
Destinação Proposta à A.G.O.:	-	(27.294)	-	**(27.294)**
Reserva Legal	-	-	-	**-**
Reserva para Investimentos	-	17.301	(17.301)	**-**
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**22.340**	**27.078**	**-**	**49.418**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração de fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	**17.301**	**14.621**
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	18	18
Depreciação	4.080	3.657
Imposto de Renda e Contribuição Social	(126)	60
Juros e Variações Monetárias	4.756	5.107
Outros	(66)	(167)
	25.963	**23.296**
Redução (Aumento) de Ativos		
Consumidores		
Concessionários	73	(834)
Tributos Compensáveis	(113)	(271)
Outros	(97)	(14)
	(137)	**(1.119)**
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	178	254
Fornecedores Demais	(248)	203
Salários e Encargos Sociais	152	(10)
Tributos e Contribuição Social	27	421
Outros	450	2.542
	559	**3.410**
Caixa gerado pelas atividades operacionais		
Encargos de Dívidas Pagos	(3.985)	(5.041)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**22.400**	**20.546**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate de títulos e valores mobiliários	(253)	25
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(260)	-
Imobilizado	(138)	(16.758)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(651)**	**(16.733)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	29.738	8.469
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(27.457)	(14.389)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(24.294)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(22.013)**	**(5.920)**
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(264)	(2.107)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.297	4.404
No fim do exercício	2.033	2.297
	(264)	(2.107)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias em 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Setor elétrico no brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia Transirapé de Transmissão está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as

práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 3, para melhor entendimento do leitor.

3 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 22 a 26, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

- **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em "valor justo por meio do resultado", enquanto as Contas a receber do ativo financeiro são classificadas como "empréstimos e recebíveis".

  Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço**: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

  O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

  O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

- **Imobilizado em curso**: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

  A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Intangível**: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

  Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do

intangível. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

- **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como outros passivos financeiros.

- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

  A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

Imposto de renda e contribuição social

- *Correntes*
  O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia é calculado pelo regime de lucro presumido.

- *Diferidos*
  Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

  Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Concessionárias e permissionárias

Composição das contas a receber

Descrição - R$ Mil	Valores correntes								
	Corrente a vencer		Corrente vencida						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p /Devedores Duvidosos	Total 2017	Total 2016
Encargos de uso da rede elétrica	3.272	-	16	7	36	144	-	**3.471**	**3.497**
Total	**3.272**	**-**	**16**	**7**	**36**	**144**	**-**	**3.471**	**3.497**

5 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue

Ativo Imobilizado em Serviço - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer. (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	**135.702**	**-**	**(1)**	**-**	**-**	**135.701**	**(1)**	**(26.562)**	**109.139**	**113.218**
Terrenos	122	-	-	-	-	122	-	-	122	122
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.795	-	-	-	-	2.795	-	(1.077)	1.718	1.814
Máquinas e Equipamentos	132.762	-	(1)	-	-	132.761	(1)	(25.466)	107.295	111.277
Móveis e Utensílios	23	-	-	-	-	23	-	(19)	4	5
Administração	**42**	3	**-**	**-**	**-**	**45**	**3**	**(22)**	**23**	**18**
Máquinas e Equipamentos	28	-	-	-	-	28	-	(14)	14	12
Móveis e Utensílios	14	3	-	-	-	17	3	(8)	9	6
Subtotal	**135.744**	**3**	**(1)**	-	**-**	**135.746**	**2**	**(26.584)**	**109.162**	**113.236**

Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer. (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	**657**	**134**	**-**	**-**	**-**	**791**	**134**	**-**	**791**	**657**
Máquinas e Equipamentos	-	87	-	-	-	87	87	-	87	-
Outros	657	47	-	-	-	704	47	-	704	657
Subtotal	**657**	**134**	**-**	**-**	**-**	**791**	**-**	**-**	**791**	**657**
Total do Ativo Imobilizado	**136.401**	**137**	**(1)**	**-**	**-**	**136.537**	**136**	**(26.584)**	**109.953**	**113.893**

A composição do intangível é como segue

Intangível - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfer. (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço Transmissão	**83**	**-**	**-**	**-**	**-**	**83**	**-**	**-**	**83**	**83**
Servidões	83	-	-	-	-	83	-	-	83	83
Administração	**90**	**-**	**-**	**-**	**-**	**90**	**-**	**(69)**	**21**	**39**
Softwares	90	-	-	-	-	90	-	(69)	21	39
Subtotal	**173**	**-**	**-**	**-**	**-**	**173**	**-**	**(69)**	**104**	**122**
Total do Ativo Intangível	**173**	**-**	**-**	**-**	**-**	**173**	**-**	**(69)**	**104**	**122**

As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue

		2017			2016
Ativo Imobilizado - R$ Mil	**Taxas anuais médias de depreciação (%)**	**Valor Bruto**	**Depreciação e Amortização Acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
Em serviço					
Transmissão		**135.701**	**(26.562)**	**109.139**	**113.218**
Custo Histórico	3,01%	135.701	(26.562)	109.139	113.218
Administração		**45**	**(22)**	**23**	**18**
Custo Histórico	5,84%	45	(22)	23	18
		135.746	**(26.584)**	**109.162**	**113.236**
Em Curso - R$ Mil					
Transmissão		791	-	**791**	**657**
		791	**-**	**791**	**657**
		136.537	**(26.584)**	**109.953**	**113.893**

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 474 de 2012 são as seguintes

Transmissão	**Taxas anuais de depreciação (%)**
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Adiçoes do imobilizado em serviço no exercício foram

	Descrição do bem	**em R$ mil**
1.	Imobilização ar condicionado	3

Baixas do imobilizado em serviço no exercício foram

	Descrição do bem	**em R$ mil**
1.	Baixa de 01 armarios	1

6 Empréstimos e financiamentos

6.1 Abertura do endividamento - R$ Mil

Instituição / Linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim-plente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Freqüência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Freqüência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	**512**	**4.372**	**53.710**	**58.594**											
BDMG FINAME	1	132	209	342	Sim	Jun/10	Aval/Fiança	Não há	4,50%	15/01/2018	Mensal	15/01/2018	15/07/20	Mensal	SAC
BDMG FINAME RBNI	22	2.382	12.111	14.515	Sim	Dez/13	Aval/Fiança	Não há	3,50%	15/01/2018	Mensal	15/01/2018	15/01/24	Mensal	SAC
BDMG FINAME REATORES	170	993	3.476	4.639	Sim	Ago/16	Aval/Fiança	TJLP	4,50%	15/01/2018	Mensal	15/05/2018	15/04/21	Mensal	SAC
BDMG FINEM	130	421	4.595	5.146	Sim	Dez/14	Aval/Fiança	TJLP	3,50%	15/01/2018	Mensal	15/01/2018	15/10/29	Mensal	SAC
BNDES	163	444	3.556	4.163	Sim	Jun/16	Aval/Fiança	Não há	2,50%	15/01/2018	Mensal	15/02/2018	15/04/26	Mensal	SAC
DEBENTURES - 2ª EMISSÃO	26	-	29.763	29.789	Sim	Set/17	Subord/Quirog	CDI	107,75%	26/01/2018	Mensal	26/09/2019	26/09/2022	Mensal	SAC
Total por Dívida	512	4.322	53.710	58.594											
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	512	4.322	53.710	58.594											

	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
Instituição / Linha credora	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2023+**	**Total**
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	**8.103**	**14.535**	**13.464**	**10.548**	**3.288**	**3.822**	**53.710**
BDMG FINAME	132	77	-	-	-	-	209
BDMG FINAME RBNI	2.382	2.382	2.382	2.382	2.382	201	12.111
BDMG FINAME REATORES	1.490	1.490	496	-	-	-	3.476
BDMG FINEM	421	421	421	421	421	2.490	4.595
BNDES	485	485	485	485	485	1.131	3.556
DEBENTURES - 2ª EMISSÃO	3.143	9.680	9.680	7.260	-	-	29.763

6.2 Abertura dos ativos financeiros - R$ Mil

Instituição / linha devedora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
Ativos Financeiros	**-**	**4.064**	**-**	**4.064**
Caixa e Aplicações Financeiras	**-**	**4.064**	**-**	**4.064**
Saldo Final de Caixa - Conta 110	-	374	-	374
Aplic. Financ. Fundos DI	-	1.659	-	1.659
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	2.031	-	2.031

6.3 Composição do endividamento e dívida líquida - R$ Mil

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
(+) Dívida Bruta	**511**	**4.372**	**53.710**	**58.594**	**55.539**
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	511	4.372	53.710	58.594	47.786
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	7.753

7 Patrimônio Líquido

7.1 Capital social

O capital social até 31 de dezembro de 2017 é de R$ 22.340 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	Número de ações em milhares	
Acionistas	**Ordinárias**	**%**
Transminas Holding S/A	9.160	41,00
Aliança Transmissora de Energia Elétrica S.A.	5.473	24,50
Furnas Centrais Elétricas S/A	5.473	24,50
EATE	2.234	10,00
	22.340	100,00

7.2 Reserva de lucros

Reservas de lucros	31/12/2017	31/12/2016
Reserva legal (a)	4.468	4.468
Outras (b)	22.610	32.603
	27.078	**37.071**

(a) A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

(b) Outras: refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A Administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

8 Receita operacional bruta

	R$ Mil	
Receita Bruta	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	32.945	28.792
Total	**32.945**	**28.792**

9 Pessoal e administradores

Pessoal e Administradores	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Pessoal	**(707)**	**(588)**
Remuneração	(411)	(326)
Encargos	(140)	(110)
Previdência privada	(11)	(16)
Assistência médica	(38)	(44)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(57)	(21)
Outros	(50)	(71)
Administradores	**(195)**	**(179)**
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(163)	(130)
Benefícios dos administradores	(32)	(49)
Total	**(902)**	**(767)**

10 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é enquadrada no regime tributário do lucro presumido, o qual é apurado trimestralmente sobre as receitas a CSLL - Contribuição social e o IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica. Os impostos são obtidos por meio da aplicação de alíquotas de presunção sobre as receitas, conforme abaixo:

Natureza	**Alíquota de presunção - IRPJ**	**Alíquota de presunção - CSLL**
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	8%	12%

Utilizando-se as alíquotas de presunção acima descritas, se obtém as bases de cálculo do imposto, sobre qual incidem o IRPJ com alíquota de 15% e a CSLL com alíquota de 9%. A parcela da base de cálculo que exceder ao valor resultante depois da dedução de R$ 240.000,00 no ano, sujeitará à incidência de adicional do imposto à alíquota de 10% (dez por cento).

11 Demonstração do resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

12 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

		2017			2016		
	Notas	**Regulatório**	**Ajustes**	**Societário**	**Regulatório**	**Ajustes**	**Societário**
Ativo							
Ativo Circulante							
Caixa e Equivalentes de Caixa	**6.2**	2.033	-	2.033	2.297	-	2.297
Concessionárias e Permissionárias	**3.1**	3.306	-	3.306	3.368	-	3.368
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	33.151	33.151	-	33.532	33.532
Serviços em Curso		175		175	186		186
Tributos Compensáveis		152	-	152	86	-	86
Almoxarifado Operacional		-	593	593	-	546	546
Investimentos Temporários	**6.2**	2.031	-	2.031	1.375	-	1.375
Despesas Pagas Antecipadamente		23	-	23	20	-	20
Outros Ativos Circulantes		198	-	198	5	-	5
Ativo Não Circulante							
Concessionárias e Permissionárias	**3.1**	176	-	176	129	-	129
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	121.171	121.171	-	123.056	123.056
Outros Ativos Não Circulantes		11	-	11	11	-	11
Imobilizado		109.953	(109.930)	23	113.893	\(113.876)	17
Intangível		105	83	21	122	83	39
Total do Ativo		**118.163**	**44.901**	**163.064**	**121.492**	**43.175**	**164.667**

	Notas	**Regulatório**	**Ajustes**	**Societário**	**Regulatório**	**Ajustes**	**Societário**
Passivo							
Passivo Circulante							
Fornecedores		147	-	147	395	-	395
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.1	4.834	-	4.834	27.220	-	27.220
Obrigações Sociais e Trabalhistas		117	-	117	109	-	109
Tributos		917	-	917	773	-	773
Dividendos Declarados		5.768	-	5.768	2.768	-	2.768
Encargos Setoriais		1.525	-	1.525	1.274	-	1.274
Outros Passivos Circulantes		1.372	-	1.372	531	-	531
Passivo Não Circulante							
Fornecedores							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.1	28.319	-	28.319	28.319	-	28.319
Tributos Diferidos		-	4.823	4.823	-	4.823	4.823
Outros Passivos Não Circulantes		692	-	692	692	-	692
Total do Passivo		**68.745**	**4.823**	**72.401**	**62.081**	**(4.823)**	**66.904**
Patrimônio Líquido							
Capital Social	6.1	22.340	-	22.340	22.340	-	22.340
Reservas de Lucros	6.2	27.078	40.147	67.225	37.071	38.352	75.423
Total do Patrimônio Líquido		**49.418**	**40.147**	**89.565**	**59.411**	**38.352**	**97.763**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**118.163**	**44.901**	**163.064**	**121.492**	**43.175**	**164.667**

		2017			2016		
	Notas	**Regulatório**	**Ajustes**	**Societário**	**Regulatório**	**Ajustes**	**Societário**
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	7	32.695	(32.695)	-	28.792	(28.792)	-
Outras Receitas Vinculadas		128	(128)	-	121	-	121
Receita de Operação e Manutenção		-	3.248	3.248	-	3.071	3.071
Receita de Implantação de Infraestrutura		-	-	-	-	16.758	16.758
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	27.306	27.306	-	27.058	27.058
(-) Parcela Variável		(60)	60	-	(60)	60	-
Tributos							
PIS-PASEP		(215)	-	(215)	(188)	-	(188)
Cofins		(991)	-	(991)	(866)	-	(866)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(306)	-	(306)	(268)	-	(268)
Reserva Global de Reversão - RGR		(825)	-	(825)	(721)	-	(721)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(129)	-	(129)	(115)	-	(115)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		**30.357**	**(2.269)**	**28.090**	**26.695**	**18.034**	**44.729**
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		**30.357**	**(2.269)**	**28.090**	**26.695**	**18.034**	**44.729**
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e Administradores	8	(902)	-	(902)	(767)	-	(767)
Material		(56)	-	(56)	(26)	-	(26)
Serviços de Terceiros		(2.047)	-	(2.047)	(1.969)	-	(1.969)
Arrendamento e Aluguéis		(156)	-	(156)	(119)	-	(119)
Seguros		(47)	-	(47)	(40)	-	(40)
Doações, Contribuições e Subvenções		(26)	-	(26)	(22)	-	(22)
Tributos		(11)	-	(11)	(9)	-	(9)
Depreciação e Amortização		(4.098)	4.078	(20)	(3.675)	3.653	(22)
Custo de Implantação de Infraestrutura		-	(83)	83	-	(16.758)	(16.758)
Resultado da Atividade		**23.016**	**1.726**	**24.742**	**20.068**	**4.929**	**24.997**
Resultado Financeiro							
Despesas Financeiras		(6.274)	-	(6.274)	(5.089)	-	(5.089)
Receitas Financeiras		833	-	833	736	-	736
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		**18.575**	**1.726**	**20.301**	**15.715**	**4.929**	**20.644**
Despesa com Impostos sobre o Lucro	9	(1.274)	70	(1.204)	(1.094)	(556)	(1.650)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		17.301	1.796	19.097	14.621	4.373	18.994
Operações Descontinuadas							
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício		17.301	1.796	19.097	14.521	4.373	18.994
Resultante de Operações Descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício							
Atribuível Aos:							
Acionistas Controladores		17.301	1.796	19.097	14.521	4.373	18.994
Acionistas Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Lucro Por Ação							
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		774.4405	-	854,8344	654,4763	-	850,2238
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		774.4405	-	854,8344	654,4763	-	850,2238
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade							
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		774.4405	-	854,8344	654,4763	-	850,2238
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		774.4405	-	854,8344	654,4763	-	850,2238

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

12.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, considerando que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla essa utilização, essa infraestrutura será reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

12.1.1 No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma

- **Receita de implantação de infraestrutura:** A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

- **Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

- **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

12.1.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

13 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	89.565	97.763
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(44.901)	(43.175)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	4.754	4.823
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	**49.418**	**59.411**

14 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido conforme contabilidade societária	19.097	18.994
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(1.866)	(4.929)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	70	556
Lucro líquido regulatório	**17.301**	**14.521**